



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte**
2 **e cinco dias de abril de dois mil e doze.** Estiveram presentes os conselheiros municipais de
3 saúde, conforme lista de presença em anexo. O presidente **Porsani** iniciou a reunião, dando
4 boas vindas a todos os presentes e realizou a leitura dos pontos de pauta, sendo: **I.**
5 **Informes; II. Apresentação, discussão e deliberação sobre a posição do Conselho Municipal**
6 **de Saúde em relação à municipalização do Complexo Hospitalar Ouro Verde a ser**
7 **encaminhada ao Ministério Público Federal; III. Apresentação, discussão e deliberação**
8 **sobre obras, reformas e infraestrutura das unidades de saúde. I. Informes:** a conselheira
9 **Maria Helena** convidou para o início das assembleias para eleição dos conselheiros do
10 Orçamento Participativo. Ressaltou que a temática da saúde será em 18 de junho. A
11 conselheira **Soeli** convidou para o fórum sobre políticas públicas e o SUS, que ocorrerá na
12 PUCC. Informou ainda que na sua região tem problemas com o antigo lixão da Pirelli e as
13 suas contaminações. Falou que a VISA tem avisado os moradores, através de folders, e já
14 fora feito um trabalho com duzentas e nove famílias, mas ainda é pouco. O conselheiro
15 **Gerardo** convidou para o dia 01 de maio, nas atividades em homenagem aos trabalhadores,
16 e apresentou toda a programação de atividades. O conselheiro **Mariante** convidou para a
17 reunião do Conselho Municipal de Direitos Humanos, sendo uma das pautas é a discussão
18 das ações e omissões que o município tem tomado, em região central. Falou sobre o caso da
19 repreensão que a guarda municipal praticou às mulheres profissionais do sexo. A conselheira
20 **Neide** solicitou uma moção de repúdio à uma situação criada pelo vereador Aurélio Cláudio,
21 com um segurança da Gocil na Policlínicas III, onde o vereador praticou abuso de poder. A
22 conselheira **Wilma** solicitou esclarecimentos sobre a possibilidade de incluir, no protocolo de
23 captação de órgãos, a realização de ultrassom. Falou sobre dois casos de pacientes no
24 Hospital Municipais Dr. Mário Gatti. Questionou se é verídica a informação que crianças que
25 estudam na rede particular estariam sendo privadas do tratamento na equoterapia, o que
26 caracterizaria discriminação. A conselheira **Sandra** falou que ocorreu um encontro com o
27 Ministério da Saúde para discussão do tema saúde da população cigana, com objetivo de
28 promover e realizar o debate, para a formulação de uma agenda. O conselheiro **Edison** falou
29 que foi montado um grupo na Secretaria Municipal de Saúde, para discutir a segurança das
30 unidades de saúde, para definição de abordagens e atuações dos coordenadores das
31 unidades junto aos chefes das bases da guarda municipal. A sra. **Ivonilde** informou sobre o
32 convite para a oficina de apoio à fase de desenvolvimento do PMAQ, sendo que o CMS
33 possui quatro vagas disponíveis. Informou ainda sobre o seminário “a democratização das
34 instituições e a luta por uma sociedade justa e democrática”. Informou sobre o convite para
35 o ciclo de debates sobre a precarização, assédio moral e contaminação, comemorando vinte
36 e cinco anos do CEREST. O secretário de saúde, dr. **Fernando Brandão**, explicou que os
37 mutirões de mamografias sempre foram patrocinados pela Secretaria Estadual de Saúde,
38 sendo que a SMS ficava com a divulgação. Ressaltou que nunca foi responsabilidade da SMS
39 esses mutirões. Falou que a forma para melhorar a demanda das mamografias será o novo
40 plano de trabalho no termo aditivo do Hospital Ouro Verde, que serão acrescidos números



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



41 de exames para lidar com a fila de espera. Quanto à captação de órgãos, falou que não
42 domina o assunto. Em relação à equoterapia, afirmou que será verificado se a situação
43 apontada é verídica. O conselheiro **Salvador** explicou que o protocolo de captação de órgãos
44 está definitivamente divulgado e é realizado pelo Hospital das Clínicas da UNICAMP. Falou
45 que o fato de um ultrassom vir normal, não quer dizer que o fígado não possa ter alguma
46 patologia, frente a uma laparotomia. Explicou que a cirrose é um diagnóstico
47 anatomopatológico. Explicou que quando um indivíduo vai para a captação de órgãos, são
48 feitos vários exames que confirmam se a grande maioria dos órgãos está maior ou não,
49 sendo que o ultrassom é um exame dispensável. O conselheiro **Luís** falou que é fato que as
50 crianças que não estão na rede municipal de ensino não podem ser atendidas na
51 equoterapia, conforme contrato com a Secretaria Municipal de Educação. Explicou que, com
52 o convênio com a SMS, a equoterapia atende à todas as crianças. O presidente **Porsani**
53 lembrou que, na reunião anterior, sete pessoas se interessaram em compor a comissão de
54 acompanhamento do convênio com a Maternidade de Campinas e que, ao longo das
55 semanas, essas pessoas se reuniram e chegaram a um consenso, permanecendo como
56 conselheiras titulares a sra. **Maria Helena** e a sra. **Maria José** e como conselheiras suplentes
57 a sra. **Maria Gil** e a sra. **Sandra**, sendo aprovadas pelo CMS, por aclamação. **II.**
58 **Apresentação, discussão e deliberação sobre a posição do Conselho Municipal de Saúde**
59 **em relação à municipalização do Complexo Hospitalar Ouro Verde a ser encaminhada ao**
60 **Ministério Público Federal:** o dr. **Roberto Mardem** apresentou o relatório preliminar a ser
61 encaminhado ao Ministério Público Federal. Falou sobre a história da construção deste
62 relatório e do trabalho da Comissão de Municipalização do Complexo Hospitalar Ouro Verde.
63 A conselheira **Wilma** realizou a leitura do parecer do Conselho Fiscal de Saúde, por
64 unanimidade, com posição de repúdio à gestão da SPDM, devido à falta de prestação de
65 contas e pelo não cumprimento das metas estabelecidas e o parecer de aprovação da
66 municipalização nos moldes de autarquia ou que o próprio HMMG faça o gerenciamento do
67 CHOV. Abertas as falas, o conselheiro **Gerardo** pediu desculpas públicas, pois a comissão não
68 teve tempo hábil de terminar o relatório e encaminhar aos conselheiros anteriormente.
69 Agradeceu os usuários, trabalhadores e gestores que participaram de todos os debates, que
70 foram sete, ao todo. Falou que a comissão tinha três preocupações, sendo a primeira a
71 intenção em realizar um amplo debate para que todos sanem as suas dúvidas entre o ente
72 público e o ente privado. Falou que a segunda é a preocupação com a crise política que vem
73 refletindo na saúde. Falou que a terceira preocupação é que a privatização do CHOV é um
74 referencial, não somente para a saúde e sim para todas as políticas públicas e recuperar
75 toda a luta dos militantes para criar o SUS. A conselheira **Raquel** comentou que a questão da
76 saúde também abrange as questões da educação e da assistência. Falou que o discurso de
77 tragédia anunciada não vai direto ao ponto, que é o repasse de recursos públicos à iniciativa
78 privada, que é próprio ao sistema maior. Falou que para impedir essa política é necessária
79 uma população ciente, politizada e organizada. Defendeu que é a iniciativa privada que deve
80 repassar verbas para o setor público. Falou que o relatório não é enfático em mudar o



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



81 sistema de gestão, devendo ser ressaltado aos mecanismos de fiscalização. Defendeu que
82 não devem existir filas no serviço público. O conselheiro **Trombetta** lembrou que votou
83 contrário na época da votação quanto à SPDM e que isto sim foi uma tragédia anunciada.
84 Falou que foi apresentada uma minuta de contrato e assinado outro, sendo que o CMS foi
85 omissivo e nada foi feito. Falou que a SPDM possui vários processos e não cumpriu as metas
86 do convênio com o CHOV. Ressaltou ainda que a SPDM não apresentou as prestações de
87 contas, provando que a iniciativa privada não dá certo. Lembrou que muitos convênios
88 praticam segregação, como no Penido Burnier e na Maternidade de Campinas. Falou ser
89 totalmente favorável à municipalização direta, pois a SMS tem gestores competentes para
90 gerenciar o CHOV, como é o caso do HMMG, onde o paciente é atendido. Lembrou que não
91 ocorre controle social no CHOV. Falou que prestou serviço a três fundações e que não
92 funcionam. Colocou-se contrário à fundação, defendendo a autarquia. O sr. **Curi** falou que
93 espera ansiosamente que essas ações sejam ampliadas e que impressiona o número de
94 cirurgias realizadas no CHOV. Falou que percebe uma grande motivação nos trabalhadores
95 do CHOV. Disse que concorda com praticamente tudo o que ouviu, sobre a avaliação do SUS
96 e do sistema público. Falou que teve uma grande passeata, ao longo de todo o Brasil, para
97 moralizar o atendimento suplementar, que precisa ser mais eficaz. Falou que todos devem
98 defender o SUS, mas que está sendo debatido, entre os trabalhadores do CHOV, onde os
99 resultados têm sido muito bons. Afirmou que os resultados de atendimento no CHOV são
100 melhores que muitos hospitais da região, mas que carecem de indicadores. Chamou a
101 atenção de que no momento de carência de atendimento, não se pode olhar de forma calma
102 que existe fundo financeiro parado. Falou que sabe do empenho do SMS e chamou a
103 atenção pela necessidade de clareza no olhar pelos resultados. O sr. **Plácido** falou baseado
104 em quatro instrumentos legais que consolidam o SUS e que deixam bem claro o que é o SUS,
105 respondendo à várias dúvidas levantadas na reunião. Falou que, em referência à qualquer
106 gestão, o SUS estabelece uma gestão de direito público. Lembrou que o CMS e a Conferência
107 Municipal de Saúde são autoridades para consolidação de políticas públicas em um
108 município. Falou sobre a necessidade de capacitação dos conselheiros de saúde, que é
109 obrigação do gestor fornecer um curso permanente de capacitação. O conselheiro **Mariante**
110 lembrou que não está em discussão se será ou não municipalizada a gestão do CHOV, pois o
111 CMS já deliberou há muito tempo. Solicitou que o relatório reforce o quanto o CMS
112 deliberou, sendo que reiteradamente desrespeitado pelo poder público. Falou que o CMS,
113 quando retomou seu papel de controle social, o poder público zombou de suas deliberações.
114 Quanto à opção pela gestão, colocou que tem preferência pela gestão direta e tem
115 preocupação que em determinado momento, o estado, que é engessado, necessita de um
116 esforço para dialogar, dizendo que é toda a saúde, a educação e a assistência necessita de
117 um atendimento que dê conta de toda a demanda. Defendeu que algumas das razões que
118 levam as duas alternativas são devidas às amarras colocadas nos serviços públicos. A sra.
119 **Márcia** falou que teve a oportunidade de trabalhar no HMMG, sendo gestora de um hospital
120 e o que é a possibilidade de trabalhar em uma autarquia. Concordou com a fala do sr.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



121 Mariante da necessidade de um esforço coletivo e grande, sendo o momento de recriar o
122 Estado brasileiro, não podendo mais ficar presos à amarras, como a Lei de Responsabilidade
123 Fiscal. Defendeu que o CMS apoie os movimentos para criar uma LRF sanitária, que dê todas
124 as condições de funcionamento do SUS. Parabenizou a movimentação do CMS, que vai
125 contra aos movimentos nacionais de privatização. Falou que metade do orçamento de São
126 Paulo está nas mãos de OSs, que possuem muitas filas e queixas. Falou sobre as menções
127 sobre muitas coisas boas no funcionamento do CHOV e defendeu que estas devem
128 permanecer. O presidente **Porsani** falou que a comissão teve muitas dificuldades no
129 processo e parabenizou a todos os envolvidos pelo relatório preliminar, o qual atende as
130 decisões do CMS e da conferência municipal de saúde. Destacou a participação dos
131 funcionários do CMS, do sr. Gerardo e de todos que se envolveram pessoalmente nos
132 debates. Apontou que a luta só será vencida com o movimento coletivo. Falou que no dia 03
133 de março do ano que vem, o convênio com a SPDM será encerrado, sendo este o prazo para
134 as alternativas necessárias para a municipalização, sob pena de ter que ser administrado por
135 outra instituição. Defendeu o apoio do Poder Executivo e da Câmara dos Vereadores.
136 Concordou com o sr. Mariante sobre o resgate da gestão direta e do servidor público, bem
137 como o financiamento da saúde. Falou sobre a necessidade de se pensar no processo de
138 transição. O conselheiro **Felipe** falou que ficaram claros os desafios e quem impedirá o
139 processo, como a LRF. Questionou quais candidatos à prefeito se comprometem a debater a
140 LRF. Falou que é uma questão delicada que não envolve somente Campinas, e sim todo o
141 Brasil, que vem apresentando movimentos contrários à privatização. Frisou que todos os
142 modelos de privatização foram renegados, na última conferência nacional de saúde.
143 Defendeu que o modelo de gestão seja nos moldes da autarquia do HMMG. Afirmou que o
144 grande problema da saúde é a falta de financiamento. O sr. **Adilson** fez algumas
145 considerações, apontando que tem muitas coisas bem interessantes no CHOV, como as
146 envolvidas com a assistência e nos profissionais do CHOV. Falou que existem muitos
147 trabalhadores com uma forte relação com o setor público e com o SUS, mas que, neste
148 momento, está relacionado com o setor privado. Falou sobre o termo aditivo do CHOV, que
149 está, desde setembro no Fundo Municipal de Saúde e ainda não fora repassado. Solicitou
150 que o CMS não seja culpado, bem como a SMS, pois não é responsabilidade de ambos esse
151 repasse. Explicou que não foi repassado por planos de trabalho que não puderam ser aceitos
152 pela SMS e pela questão da dívida que está sendo discutida e estudada. Falou que, após esses
153 itens serem sanados, o repasse será feito, pois o CMS já o aprovou, inclusive. Apontou que a
154 cidade precisa que o CHOV tenha sua capacidade aumentada em 100%, não sendo
155 responsabilidade do CMS que isto não tenha acontecido até o presente momento. Falou que
156 o que está sendo discutido é a gestão pública, devendo ser definido entre direta ou indireta.
157 Defendeu a administração indireta, pelos vários problemas com a administração direta,
158 como o engessamento da gestão. O sr. **José Augusto**, médico do CHOV, falou que não teve
159 oportunidade de ler o relatório e respondeu que a questão de repassar ou não os recursos
160 para a SDPM e que leu uma frase “eu não quero dar R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



161 reais) para a iniciativa privada”, sendo esta com um erro grande de interpretação, pois a
162 SPDM não é iniciativa privada, do ponto de vista legal. Apontou que o CHOV é o serviço que
163 tem maior capacidade de expansão em Campinas. O conselheiro **Francisco** acrescentou que
164 muitas vezes se coloca o debate sobre autarquia ou fundação, abordando os direitos dos
165 trabalhadores como um mero detalhe. Lembrou que não é um detalhe, principalmente por
166 que a maioria é trabalhador, sendo que o direito dos trabalhadores não é secundário.
167 Apontou que não se deve abrir mão do regime estatutário para os trabalhadores do CHOV,
168 para ter a liberdade de criticar a gestão, quando esta não está de acordo. Lembrou que uma
169 situação de uma SPDM é bem diferente dos sindicatos, pois, formalmente não tem lucros,
170 mas não seguem as mesmas regras dos sindicatos, como a transparência nas informações. O
171 secretário de saúde, dr. **Fernando Brandão**, falou que existe um grande erro antes da
172 escolha, sendo a hora de ter montado o hospital. Ressaltou que todas as unidades estão
173 depreciadas, com atrasos tecnológicos, do ponto de vista de informação, o que impede que
174 as informações sejam encaminhadas de forma adequada. Falou que o CHOV deveria estar
175 sendo discutido, para a plataforma eleitoral de um próximo prefeito. Defendeu que seria
176 necessário ter unidades de saúde adequadas e serviços de especialidades sem filas, o que
177 seria conseguido se fizesse no momento certo. Falou ser importante ressaltar que se perde
178 tempo, pois não é o momento de discutir se seria público ou privado, pois o CMS já apontou
179 a necessidade da gestão pública. Colocou estar preocupado com o relatório, em especial na
180 parte da história, pois o final é muito opinativo, afetando a sua pessoa e a pessoa do
181 secretário de saúde anterior, o dr. Adilson, trazendo a informação que as negociações não se
182 findaram no sentido de não ter colocado um plano operativo em ação e no caso da dívida
183 não ter sido paga por questões mercadológicas. Explicou que a dívida não foi equacionada,
184 pois está ocorrendo uma auditoria e existem regras para o setor público realizar o
185 reconhecimento de dívidas. Falou que as regras públicas estão sendo respeitadas, sendo por
186 isso que os recursos estão no Fundo Municipal de Saúde. Solicitou que esse ponto opinativo
187 seja retirado do relatório, pois o promotor Áureo solicitou apenas o histórico das discussões,
188 sem a opinião. Lembrou que esse documento será analisado por outras secretarias
189 municipais. Afirmou que o CHOV é a saída para muitos problemas, como a grande lotação do
190 HMMG. Defendeu que a municipalização ocorra de forma legal e transparente. O presidente
191 **Porsani** apontou que tiveram duas colocações mais enfáticas sobre o texto, sendo uma do
192 conselheiro **Mariante** que solicitou que seja explicitado a administração direta e outra do
193 secretário de saúde, dr. **Fernando Brandão**, sobre os itens opinativos. Solicitou que eles e a
194 Comissão molde o relatório, sendo este o relatório aprovado pelo CMS. O sr. **Adilson** falou
195 que a responsabilidade pela não assinatura do termo aditivo não é da SMS, tampouco do
196 CMS, sendo que não ocorreu pelo fato da auditoria em curso. O presidente **Porsani** lembrou
197 que dia 13 de junho será decidido o modelo de gestão do CHOV. Em regime de votação, o
198 Conselho Municipal de Saúde **APROVOU o relatório apresentado**, com 01 (um) voto
199 contrário. O presidente **Porsani** questionou o pleno pela prorrogação da reunião, conforme
200 regimento interno, sendo aprovado. **III. Apresentação, discussão e deliberação sobre obras,**



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 **reformas e infraestrutura das unidades de saúde:** o dr. **Mauro** realizou a apresentação. O
202 conselheiro **João Xavier** falou que os conselheiros devem ter ciência da realidade das
203 unidades de saúde. Falou sobre a necessidade de agilizar o processo de obras e reformas.
204 Falou sobre as obras do centro de saúde do Parque Oziel. O conselheiro **Gerardo** falou sobre
205 a necessidade de discutir a questão, para balizar o futuro. Defendeu que exista um estudo
206 de onde os centros de saúde são estabelecidos e que exista um estudo dos locais geográficos
207 de instalação. O presidente **Porsani** apresentou sua preocupação com o quórum, pois existe
208 uma resolução da reunião passada para ser votada. O dr. **Mauro** afirmou que o assunto
209 necessita de mais tempo para a discussão e solicitou que seja feita em outro momento. A
210 conselheira **Wilma** solicitou contagem de quórum, sendo verificado o número insuficiente
211 de conselheiros para a manutenção da reunião. Abertas as falas, o conselheiro **Luís** falou que
212 teve espanto com a apresentação, pois demonstra falta de gestão. Questionou como é
213 possível executar um projeto sem o conhecimento de todos os detalhes. Falou sobre a
214 necessidade de adequar todo o projeto. A conselheira **Marlene** questionou sobre a
215 construção do pronto socorro metropolitano. Questionou a porcentagem de recursos
216 repassados pelos municípios no entorno. A conselheira **Eloísa** falou ser uma pena que os
217 conselheiros não estejam interessados em discutir a infraestrutura, como ocorreu com a
218 discussão sobre a desassistência. Falou sobre problemas sérios que existem na rede de
219 saúde, sendo necessário profissionalizar as análises das obras. Defendeu que se faça um
220 diagnóstico da infraestrutura dos edifícios das unidades de saúde. Afirmou ser necessário
221 esquecer um pouco obras novas e pensar mais na readequação das unidades que já existem.
222 Defendeu que a SMS tenha engenheiros para acompanhar as obras. Falou sobre o barracão
223 alugado no Distrito Sudoeste, há cinco anos, que não está sendo usado. A conselheira **Izabel**
224 falou sobre a necessidade de por profissionais com conhecimentos para realizar os reparos e
225 as obras das unidades de saúde. Falou que é dinheiro público que é jogado fora, com as
226 obras e reformas inadequadas. A conselheira **Wilma** falou que deveria haver uma forma de
227 impedir que empresas que deram problemas participem de novas licitações. Perguntou
228 como a Prefeitura pode fazer projetos sem saber onde será o terreno. Perguntou como será
229 possível realizar construção de novas unidades se não existem trabalhadores para atuar
230 nessas novas unidades. O presidente **Porsani** falou sobre a lei de licitações, que atrapalha o
231 funcionamento da SMS, pois mesmo com ela a corrupção continua. Defendeu que seja
232 realizada uma ampla discussão sobre a reforma administrativa, para a criação de um estado
233 forte. A conselheira **Maria Helena** colocou-se admirada de ter que vir um técnico de fora
234 para apontar os erros de projetos. Perguntou sobre o andamento da solução do pronto
235 atendimento centro. Falou sobre a necessidade de reparos no centro de saúde Souza. Falou
236 sobre as readequações do centro de saúde centro, que possui vários problemas estruturais.
237 Falou que esteve na inauguração da Policlínica III e admirou-se com o piso colocado na
238 reforma, que é inadequado. Perguntou por que não se consegue fazer a UPA metropolitana,
239 mesmo com verbas federais. A conselheira **Matilde** apontou que em nenhum momento é
240 falado de acessibilidade ou garantias do direito dos usuários com deficiências. Apontou que



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



241 o centro de saúde é uma afronta aos usuários com deficiências. Falou ser vergonhoso a SMS
242 não ter um arquiteto que veja a acessibilidade das obras e reformas das unidades de saúde.
243 O secretário de saúde, dr. **Fernando Brandão**, explicou que mesmo com um corpo técnico da
244 SMS competente, muitas coisas não dão certo devido à lei de licitação, que trava e deixa em
245 situações de dificuldades em muitas vezes. Lembrou que são comprados itens pelo menor
246 preço, o que não significa qualidade. Apontou que muitas empresas não sustentam o preço
247 praticado na licitação, perdendo todo o tempo investido. Falou que a PMC realizou muitas
248 obras com corpo técnico diminuto. Argumentou que muitas obras que possuem terrenos
249 inadequados são emendas parlamentares. Falou que as obras passaram a ser acompanhadas
250 pela Caixa Econômica Federal, que tem um nível de exigência muito maior que o Ministério
251 da Saúde. Falou ser necessário muito debate para apontar a construção de um novo centro
252 de saúde, pois existem muitos reparos e reformas nas unidades já existentes e unidades que
253 deveriam estar prontas e não estão. O dr. **Mauro** defendeu um tempo maior para fazer essa
254 discussão, pois muitos assuntos que não apresentou necessitam uma discussão com maior
255 propriedade. Com relação ao pronto socorro metropolitano, explicou que as verbas para a
256 obra são exclusivamente de Campinas, pois o recurso veio para o município. Afirmou que o
257 rh e a compra de equipamentos deverão ser discutidos com os municípios metropolitanos.
258 Falou que tem muitas empresas sendo punidas, por mau atendimento ou falta de
259 cumprimento de contratos, mas que a burocracia é muito grande. Com relação ao PA
260 Centro, explicou que está sendo verificado um novo espaço para locação, para abrir
261 rapidamente a unidade. Falou que continua procurando um local para locação para
262 implantação do centro de saúde centro, bem como a implantação da Policlínica II, que
263 também tem um problema sério de manutenção. Colocou-se a disposição para sanar
264 quaisquer outras dúvidas. O presidente **Porsani** encerrou a reunião, agradecendo a presença
265 de todos. Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, lavro a presente ata,
266 assinando-a juntamente com os demais presentes.